

## O ensino da disciplina Comunicação e Diversidade em Relações Públicas: uma proposta de disciplina para o curso de RP da UFAM<sup>1</sup>

Mateus Pacheco Braga Evangelista<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo apresenta uma proposta da disciplina Comunicação e Diversidade para a matriz curricular do curso de Relações Públicas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Essa proposta é oriunda dos resultados do trabalho de conclusão de curso que aborda sobre o ensino do tema diversidade na formação de profissionais de Relações Públicas por meio da inserção da disciplina Comunicação e Diversidade nos cursos de graduação das universidades brasileiras. Os resultados deste TCC mostraram que nos cursos de graduação em RP, em geral, não são oferecidas disciplinas com esta temática em seus currículos, com uma porcentagem mínima ao fazer abordagem direta ou indireta ao tema, sendo o último referente à situação da UFAM. Sendo assim, o objetivo é desenvolver uma proposta de disciplina de Comunicação e Diversidade para o curso de Relações Públicas da UFAM. Como método, optou-se pela pesquisa de natureza exploratória, com coleta de dados realizado por meios de pesquisas bibliográfica e documental. A inserção da disciplina Comunicação e Diversidade, dentro da matriz curricular do curso de RP da UFAM, se apresenta como uma opção exequível e pertinente, com uma proposta que contemple a necessidade de atender as mais recentes demandas sociais, as quais incluem questões de diversidade e seus marcadores. Assim, o curso poderá avançar, qualitativamente, na formação de futuros profissionais.

**Palavras-chave:** Comunicação; Diversidade; matriz curricular; Relações Públicas; UFAM.

### INTRODUÇÃO

As discussões sobre diversidade têm se tornado cada vez mais presentes na sociedade e tem refletido nos ambientes organizacionais, principalmente se se pensar nesse tema como uma pauta que modifica as práticas e a cultura organizacional dessas organizações. Para compreender a importância da diversidade é necessário ir muito além da visão mercadológica de resultados, entendendo que suas perspectivas geram pautas que diferenciam e compreendem um indivíduo dentro do coletivo.

---

<sup>1</sup> Trabalho de conclusão de curso em Relações Públicas pela Universidade Federal do Amazonas, de autoria de Mateus Pacheco Braga Evangelista e orientado pela professora doutora Aline Ferreira Lira. Disponível em [https://riu.ufam.edu.br/bitstream/prefix/6848/5/TCC\\_MateusPacheco.pdf](https://riu.ufam.edu.br/bitstream/prefix/6848/5/TCC_MateusPacheco.pdf). Acesso em 13 mar 2024.

<sup>2</sup> Bacharel em Relações Públicas pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Pós-graduando em Gestão Estratégica de Marketing pelo Centro Universitário Faveni. Contato: [mateuspacheeco@gmail.com](mailto:mateuspacheeco@gmail.com)

Em abordagem, o tema diversidade tomou maiores evidências, para as organizações, nos últimos dez anos de acordo com Mundy (2015), e pensar sobre o tema, no século XXI, torna-se muito mais importante se avaliarmos os comportamentos sociais e a construção das pessoas.

O profissional de Relações Públicas, considerado o responsável pelos relacionamentos organizacionais, exerce um papel funcional de estabelecer diálogos com todos esses grupos e constituir novas políticas para a empresa e para os seus públicos.

Todo esse contexto traz à tona um questionamento: como este tema está sendo abordado na formação profissional em Relações Públicas? Entendendo que a universidade é o espaço próprio para a formação de futuros profissionais, é preciso buscar, em dados e em informações, se toda essa discussão já se faz presente ou não na formação dos discentes.

A partir dessa inquietação, este autor elaborou o seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Aline Ferreira Lira intitulado “A disciplina ‘Comunicação e Diversidade’ nos cursos de Relações Públicas das universidades brasileiras”.

Com os resultados oriundos TCC, foi possível ter um panorama de como as instituições de ensino superior do Brasil, que possuem cursos de Relações Públicas, oferecem a disciplina Comunicação e Diversidade, bem como outras disciplinas que abordam o tema diversidade, com suas respectivas cargas horárias e distribuição semestral/anual recomendados para a realização das atividades dessas disciplinas.

Com a apresentação dos resultados, observou-se que o ensino de Comunicação e Diversidade, no curso de Relações Públicas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) é feito de forma indireta, por meio de disciplinas que abordam a temática sustentabilidade ou de ementas abertas, para a criação de disciplinas optativas.

Partindo de uma pesquisa de natureza exploratória, com coleta de dados realizada por meios de pesquisas bibliográfica e documental, o presente artigo tem por

objetivo desenvolver a proposta de disciplina de Comunicação e Diversidade para o curso de Relações Públicas da UFAM, que pode ser apreciada pelo corpo docente e inserida na próxima atualização do Projeto Político-Pedagógico (PPP) do curso.

### **As diretrizes curriculares nos cursos de relações públicas no Brasil**

A construção histórica dos cursos de Relações Públicas no ensino superior é marcada por significativas reformas estruturais que levam em consideração as mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais do Brasil. Essas mudanças também consideram as realidades regionais, uma vez que o País é visto como um ambiente continental. Gomes (2014) aponta que essas diferenças não podem ser vistas como fatos isolados, uma vez que acompanharam todo o desenvolvimento do ensino superior no país.

Essa estruturação iniciou-se no ano de 1968, com a promulgação da Lei nº 5.540, de 28 de novembro<sup>3</sup>, que estabelecia as normas de organização e funcionamento do ensino superior brasileiro.

Cabestré (2008) aponta esse momento das Relações Públicas como o de aperfeiçoamento, ocorrido entre os anos 1969 e 1980. Moura (2002) afirma que os cursos de Comunicação Social no Brasil tiveram cinco currículos mínimos, compostos por pareceres do Conselho Federal de Educação (CFE)<sup>4</sup> e de resoluções do Ministério da Educação (MEC)<sup>5</sup>. Gomes (2014) complementa que foi a partir de 1969, com a Resolução nº 11/69, que os cursos de Comunicação Social passaram a formar profissionais por meio de habilitações, quando as Relações Públicas foram introduzidas na graduação.

A Resolução nº 11/69, que foi alicerçada pelo Parecer nº 631/69, constituía para os cursos “o Currículo mínimo [que] possui tronco comum a todas as áreas, e o estudo

---

<sup>3</sup> Revogada pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

<sup>4</sup> Pareceres nº323/62; nº984/65; nº631/69; nº 1203/77; nº02/78; nº480/83

<sup>5</sup> Resoluções nº11/69; nº03/78; nº 01/79; nº02/84

de áreas específicas diversificadas que são as habilitações” (MOURA, 2002, p.85). O seguinte parecer considera que

a formação de comunicadores (jornalistas, repórteres de TV e rádio, relações públicas e outras atividades similares) terá como ponto de partida o estudo do fenômeno da comunicação, insistirá na aquisição da melhor técnica e contará com os subsídios da cultura geral. Assim preparado, habilitado ao exercício plural das comunicações, robustecido pela ética resultante do conhecimento dos efeitos da profissão (Brasil, 1969)

Andrade (1986) apud Cabastré (2008) aponta que o teor do currículo estabelecido na Resolução de 1969 poderia ser considerada desastrosa, vista a situação de recém-graduados em atuação no magistério superior sem qualificação necessária, além das baixas taxas de nível de ensino e da desorganização administrativa. A modificação do currículo, conforme a Resolução nº 03/78, já se baseia nos resultados da formação profissional do currículo anterior.

Em 1972, foi realizado o I Congresso Brasileiro de Relações Públicas, na cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro. No decorrer do evento, destacou-se a atividade programada da Associação Brasileira de Relações Públicas (ABRP), que criou a Comissão de Ensino da entidade. Essa representação tinha por objetivo, segundo Cabastré (2008, p.121), “manter intercâmbio entre as escolas que cuidavam da formação dos futuros profissionais de Relações Públicas e estudar os currículos de graduação e pós-graduação”.

Com a Comissão de Ensino da ABRP, permitiu-se que fosse feito um estudo mais desenvolvido sobre a prática das Relações Públicas no Brasil. As situações apresentadas fizeram com que o CFE reformulasse o currículo para que, assim, o titulado pudesse exercer, em condições favoráveis, as atividades que lhe fossem outorgadas em grau.

Cabestré (2008) ressalta que as lideranças da profissão já enxergavam a necessidade de preparar as próximas gerações de profissionais, devido às mudanças ocorridas na década de 1970, principalmente no ensino secundarista. Ainda assim, a autora afirma que as ações da Comissão tiveram negligências no campo do ensino.

A Resolução nº 03/78, citada anteriormente, traz em seu fundamento a preparação do acadêmico “para influir, como agente de transformação, no processo social, aliando ao processo prático de ensino o fornecimento do instrumental teórico e técnico para os seus futuros encargos profissionais” (Cabastré, 2008, p.121). Os currículos de Comunicação Social passaram a ser norteados para as habilitações em Relações Públicas, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Rádio e Televisão e Cinema.

De acordo com Ferreira (2014), a Resolução de 1978 trouxe para as Relações Públicas um ganho, já que foi permitida a introdução de temas ou disciplinas relacionadas à área de administração.

A partir de 1981, há um aumento na produção de teses e dissertações na área de comunicação e a pós-graduação em Comunicação Social, pelo Brasil, ganha mais impulso, pela geração de produção considerável, quanti e qualitativamente.

Cabastré (2008) pontua esse momento como uma nova fase, considerada pela autora como mais fundamentada e científica, visto que o aumento de produção acadêmica de mestrado e doutorado trouxe estudos mais aprofundados para a discussão teórica das Relações Públicas, feito por pesquisadores que atuavam na área docente. Consequentemente, houve um aumento na produção literária nacional. Nesse momento, a área de relações pública mostra um desenvolvimento exponencial, que se mantém até os dias atuais, frente às mudanças sociopolíticas do nosso país.

Em 1984, fora fixado mais um currículo mínimo para o curso de Comunicação, para as habilitações em Relações Públicas, em Jornalismo, em Publicidade e Propaganda, em Produção Editorial e em Rádio e Cinema. De acordo com a aprovação da Resolução nº 02/84, o currículo estabelecia disciplinas categorizadas no tronco comum, que poderiam ser distribuídas ao longo do curso.

Nesta versão curricular passou a ter exigência de instrumental, uso das novas tecnologias de comunicação (à época), o aumento da carga horária de disciplinas e o fortalecimento do ensino da língua portuguesa.

Kunsch (1986) aponta que este currículo deixava mais rígida a divisão dos campos teórico e prático, o que poderia ser uma questão a refletir. Cabastré (2008, p.127) destaca a pontuação feita por Serra (s.d.) ao enxergar o processo como um todo, em que

de um lado a teoria básica é estabelecida sem levar em conta aquilo que será invocado na profissionalização e por outro lado, a profissionalização faz tábula rasa do básico, pouco incorporando seus conceitos e investindo, ao contrário, em ideias e propostas que não haviam sido anteriormente exploradas.

Neste pensamento, Serra (s.d.) ainda pontua uma problemática na aplicação desse currículo, que é a postergação do tempo para que o aluno atinja o conhecimento específico, uma vez que todas as disciplinas do tronco comum eram realizadas durante a primeira metade do curso de graduação. Para o autor, isso afeta no desejo imediato, do estudante, de acesso às práticas de comunicação e a não-preparação devida deste aluno que ingressa no mercado, por meio de estágios e empregos. Além disso, considera que a teoria não é, necessariamente, uma parcela somada ao desenvolvimento prático do acadêmico, mas sim, um momento que gera reflexões, pensamentos críticos e livre imaginação.

Atualmente, encontra-se em vigência a Resolução nº 02/13, de 27 de setembro de 2013, que institui as Diretrizes Nacionais para o curso de Relações Públicas. O documento foi elaborado pela Comissão de Especialistas instituída por meio da Portaria nº 595, de 24 de maio de 2010 - MEC/SESu, formada pelos professores Margarida Kunsch, Cláudia Peixoto de Moura, Esnél José Fagundes, Márcio Simeone Henriques, Maria Aparecida Ferrari, Paulo Nassar e Ricardo Freitas.

A Resolução institui, no inciso I, do parágrafo 1º, do Art. 3º, o estabelecimento de componentes curriculares obrigatórios e optativos para os projetos político-pedagógicos de Relações Públicas que formem profissionais generalistas, que sejam capazes de “atuar nas áreas de comunicação nas organizações públicas, privadas e do terceiro setor, por meio do estabelecimento de políticas, estratégias e instrumentos de comunicação e relacionamento (BRASIL, 2013, p.2)

Já o parágrafo 2º, no Art. 3º, prevê que os cursos devem estabelecer ações pedagógicas que visem o desenvolvimento de condutas e atitudes com responsabilidade social e profissional sob os seguintes princípios

I - consideração para com os aspectos sociais, culturais e relacionais na interação com os públicos, na política, no planejamento e nas ações da comunicação organizacional; II - reflexão e crítica junto com os processos comunicativos, produzindo conhecimentos e práticas adequadas às mudanças e demandas, sem perder a ênfase nos interesses da sociedade; III - preocupação com a formação humanística, crítica e ética e com a formação multidisciplinar; IV - adoção de linhas de formação condizentes com as demandas sociais das instituições, sua vocação e sua inserção regional e local.

Já o perfil do egresso de Relações Públicas é instituído com base no Art. 4º, que deve ter uma formação ética, humanística, crítica e reflexiva, seguindo as características de

I - capacidade acurada de análise conjuntural, de forma que se lide quantitativa e qualitativamente com dados estatísticos, econômicos e sociais, transformando-os em indicadores para a elaboração de políticas de comunicação; II - percepção das dinâmicas socioculturais, tendo em vista interpretar as demandas dos diversos tipos de organizações e dos públicos; III - compreensão das problemáticas contemporâneas, decorrentes da globalização, das tecnologias de informação e da comunicação e do desenvolvimento sustentável necessária ao planejamento de relações públicas; IV - entendimento do campo técnico-científico da comunicação, capaz de estabelecer visão sistêmica das políticas e estratégias de relacionamentos públicos; V - capacidade de liderança, negociação, tomada de decisão e visão empreendedora.

A formação profissional de Relações Públicas, no curso de graduação, deve ser organizada em quatro eixos: Formação Geral, Formação em Comunicação, Formação em Relações Públicas e Formação Suplementar. É importante salientar que toda a construção de Projetos Políticos-Pedagógicos (PPPs) devem seguir as orientações e normas apresentadas, criando atividades acadêmicas que possibilitem o desenvolvimento das competências esperadas.

## **2 O ensino da comunicação e diversidade nos cursos de relações públicas**

### **2.1 Comunicação e diversidade: definições e características**

A diversidade é um tema muito presente dentro dos campos das ciências humanas e sociais, principalmente por contribuir com o entendimento e posicionamento do indivíduo dentro de um ambiente coletivo, como a sociedade. Compreender o seu conceito é englobar pautas como gêneros, identidades, sexualidades, etnias, culturas, crenças e tantas outras que se diferenciam na construção social de um grupo de indivíduos.

Fleury (2000) aponta que a diversidade é tida como uma pluralidade de indivíduos distintos que interagem num mesmo espaço social e deve considerar diversos aspectos, como graus de instrução, origem e, até mesmo, a Língua.

Sob olhar prático e de vivência social, sabe-se que a pluralidade não é aplicada de forma adequada, uma vez que os altos índices de discriminação e preconceito se perduram à base de um conceito tradicional de indivíduo, conforme dados apresentados pelo Instituto Locomotiva<sup>6</sup>, que mostram um país em que 84% das pessoas percebem o racismo, embora somente 4% se considere preconceituoso. Tudo isso evidencia a estruturação do racismo no país, não obstante de práticas discriminatórias com outros grupos.

Sales (2016) aponta que os debates sobre diversidade, com avanços significativos nessa questão, é algo que vem crescendo, mas ainda é um tema que gera distanciamento por parte de algumas pessoas, o que dificulta a difusão das práticas e do entendimento sobre o assunto.

Entender a diversidade é um processo contínuo, que envolve reflexões sociais muito complexas, mas capazes de serem bem analisadas e trazidas ao mundo com ações de equidade e integração. Todo esse discurso também pode chegar aos ambientes organizacionais e foi sendo apropriado mais pelas organizações a partir da década de 1990, mas ganhou mais visibilidade nos últimos dez anos, conforme apontado por Mundy (2015).

---

<sup>6</sup> Disponível em <https://exame.com/negocios/no-brasil-84-percebe-racismo-mas-apenas-4-se-considera-preconceituoso/>. Acesso em 09 fev. 2023



Falar sobre o tema, em pleno século XXI, deve ser considerado requisito obrigatório frente aos tantos fatores que se tem em mãos, como por exemplo, dados demográficos, vivências e experiências que corroboram a construção histórica do nosso mundo atual.

A sociedade passou a cobrar mais posicionamentos das organizações. Movimentos dados como minoritários vem em contramão ao que, por muitos anos, é taxado como correto e moral e destacam, nas suas agendas, as pautas necessárias para que o mundo passe a respeitar mais o coletivo.

Dessa forma, as organizações tendem a ouvir mais sobre essas questões e, de algum modo, buscam colocar em práticas ações mais afirmativas que não discriminem indivíduos e suas particularidades, embora isso seja apontado por Peruzzo (2019) como uma forma de lucro por meio de desempenho e reputação da sociedade, uma vez que a organização corresponderia às pressões sociais.

Mundy (2015) considera que a gestão deste discurso é trabalho do profissional de relações públicas, uma vez que este é o responsável pelos relacionamentos organizacionais. Lira (2020) endossa essa perspectiva ao afirmar que o profissional de RP tem por obrigação dialogar com todos os grupos e, assim, estabelecer uma política de relacionamento que interesse tanto a organização quanto seus públicos, principalmente o interno.

Ao refletir sobre o papel do profissional de relações públicas no mercado de trabalho, suas funções básicas e técnicas arroladas, entende-se que, em tese, essas atividades são desenvolvidas ainda no ambiente acadêmico a fim de que a formação desse futuro profissional garanta um retorno positivo para sua atuação. Para compreender mais sobre o assunto, é preciso voltar à base e entender como os cursos e universidades têm tratado essa questão.

A necessidade de disciplinas que abordam a comunicação e diversidade nos cursos de RP têm se tornado mais evidentes, frente ao crescimento e reconhecimento das ações mais presentes dentro das organizações.

De acordo com a pesquisa realizada por Pérsigo e Athaydes (2019), cerca de 71,4% de profissionais já inseridos no mercado consideram extremamente importante a diversidade no ambiente de trabalho. Ainda nessa pesquisa, aponta que 18,9% desses profissionais concordam que a pauta pode ser conflituosa se não trabalhada de forma adequada e planejada.

A diversidade aponta é considerada, cada vez mais, como um novo direcionamento, que traz para o campo das ideias as vivências e realidades de grupos considerados, pela própria sociedade, de contramão, e possibilita, para o campo das práticas, uma oportunidade de reconhecimento e pertencimento desses grupos, uma vez que fazem parte da sociedade tanto quanto outros grupos sociais. Portanto, é de fundamental importância considerar a Comunicação e Diversidade como uma disciplina do curso de RP, uma vez que esse profissional é inserido no mundo da comunicação, que é praticada de diversas formas.

A comunicação influencia diretamente na oportunidade de conhecimento de culturas diferentes e se influencia por ela. A necessidade, hoje, de se possuir o conhecimento básico sobre Comunicação e Diversidade pauta a formação de um profissional de Relações Públicas conforme exigido pela Resolução nº 2, de 27 de setembro de 2013, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Relações Públicas no Brasil, constantes nos incisos I e III, do parágrafo 2º, Art. 3º do referido documento, bem como o Art. 4º, que trata do perfil do egresso.

## **2.2 O caminho da pesquisa**

Para o desenvolvimento deste artigo, optou-se por adotar uma metodologia que consiste na pesquisa de natureza exploratória que, segundo Prodanov e Freitas (2013), possibilita o delineamento do tema pesquisado, bem como orienta a fixação dos objetivos e formulação de hipóteses, a fim de que possa descobrir novos enfoques e discussões para o tema.

A pesquisa iniciou-se pela coleta de dados por meio da pesquisa bibliográfica, sendo constituintes para o levantamento: obras, artigos disponibilizados em periódicos científicos e em anais de eventos na *Internet*, além de acesso a monografias, dissertações e teses sobre as temáticas sobre comunicação, diversidade e diretrizes curriculares para comunicação e relações públicas.

Além da pesquisa bibliográfica, foi necessária aplicar os métodos da pesquisa documental, uma vez que a análise dos dados é oriunda de documentos oficiais dos cursos de graduação, como estruturas curriculares e ementas de disciplinas.

A pesquisa documental aqui utilizada é realizada em fontes primárias, neste caso, exemplificado com os documentos oficiais, como: portarias, resoluções e demais documentos que dizem respeito às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao Projeto Político Pedagógico do curso de Relações Públicas da UFAM e às matrizes curriculares e ementas dos cursos de Relações Públicas das universidades brasileiras.

### **2.3 Um panorama do ensino de Comunicação e Diversidade nos cursos de Relações Públicas das universidades brasileiras**

Como já dito ao longo deste artigo, estes resultados são oriundos do trabalho de conclusão de curso que aborda sobre o ensino do tema diversidade na formação de profissionais de Relações Públicas por meio da inserção da disciplina Comunicação e Diversidade nos cursos de graduação das universidades brasileiras, de minha autoria e orientado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Aline Ferreira Lira.

A primeira fase da pesquisa originária resultou no levantamento quantitativo de cursos de Relações Públicas em atividades no Brasil, que estão registrados no portal do MEC<sup>7</sup>, para que, posteriormente, tivesse acesso aos portais ou sites de cada instituição de ensino, nos quais as matrizes curriculares<sup>8</sup> dos cursos estivessem disponíveis para

<sup>7</sup> Disponível em <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em 09 ago. 2022.

<sup>8</sup> Esse método foi possibilitado devido à Portaria nº. 2.864, de 24 de agosto de 2005, do Ministério da Educação, que estabeleceu que todas as instituições de ensino superior devem tornar públicas e manter atualizadas, em página eletrônica própria, as condições de oferta dos cursos por elas ministrados,

análise e, assim, atender o objetivo de identificar a presença da Comunicação e Diversidade como disciplina ou não.

De acordo com os dados do portal do MEC, até 2022, existiam 92 (noventa e dois) cursos de Relações Públicas ou Comunicação Social – Relações Públicas cadastrados no país, no grau de bacharelado, sejam nas modalidades presencial ou a distância, que estão classificados como “em atividade”. Os dados fornecidos pelo portal do MEC são utilizados como base para esta pesquisa, uma vez que todas as instituições de ensino superior (IES) dependem de autorização do Ministério da Educação para funcionar.

Ao realizar a pesquisa individual, nos portais e sites das instituições de ensino, identificou-se que essa lista não está totalmente atualizada, uma vez que apresenta as seguintes situações: 14 (quatorze) cursos, embora estejam regulamentados junto ao MEC, não iniciaram, efetivamente, as suas atividades e oito cursos não se encontram mais disponíveis.

Ainda nessa análise, identificaram-se que instituições pertencem à mesma mantenedora, oferecendo o curso na mesma modalidade (a distância), o que disponibiliza ao estudante a mesma matriz curricular. Há também o caso de uma instituição que oferece o curso em seis unidades diferentes, porém com a mesma matriz curricular.

Do quantitativo até então analisado, somente nove não disponibilizaram a matriz curricular em seus portais ou sites, o que impossibilitou a contabilização destes para a análise. Portanto, para esta pesquisa, os dados foram analisados com o quantitativo de 57 (cinquenta e sete) cursos de Relações Públicas ativos no país.

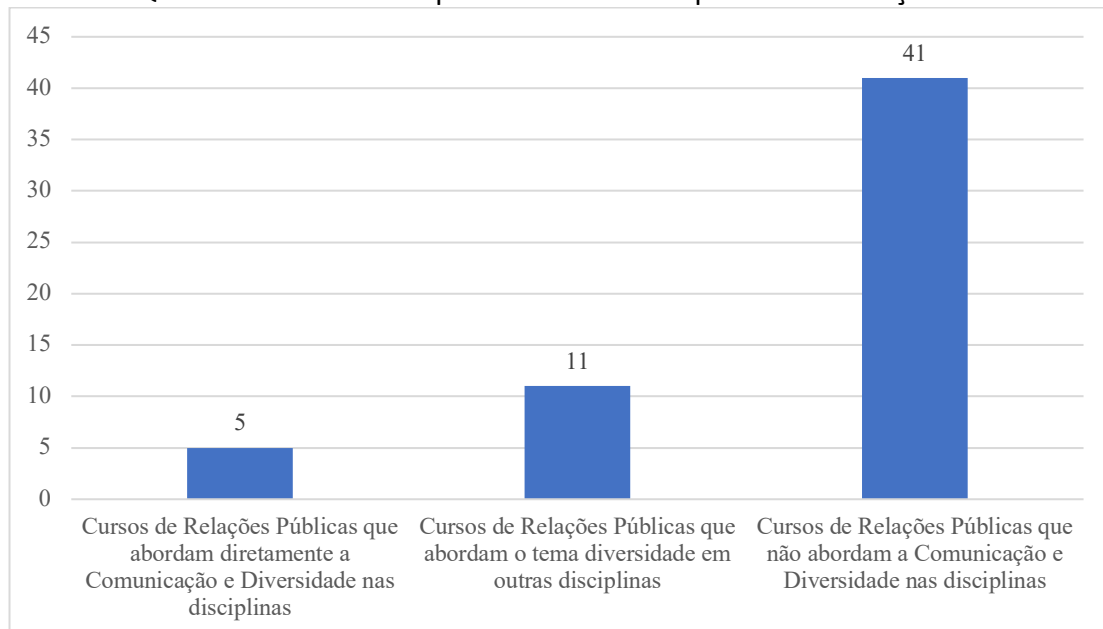
Somente 16 (dezesesseis) instituições atenderam ao requisito da pesquisa. Todas disponibilizaram as ementas ou cronogramas das disciplinas por meio dos portais institucionais ou via e-mail, por contato direto com os coordenadores de curso.

---

incluindo o “programa de cada curso oferecido e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos e critérios de avaliação”.

Embora as Diretrizes Curriculares Nacional do curso de RP requisitem que o egresso tenha a percepção das dinâmicas socioculturais, para que se interpretem as demandas dos vários tipos de organização e públicos, apenas 16 (dezesesseis) das 57 (cinquenta e sete) instituições ativas oferecem a disciplina que aborda direta ou indiretamente às questões de Comunicação e Diversidade, conforme apresentado no gráfico 1.

Gráfico 1. Quantidade de cursos que oferecem a disciplina Comunicação e Diversidade



Fonte: elaborado pelo autor (2023)

Destaca-se que essas Diretrizes encontram-se em vigência há dez anos e, dentro desse período, as IES teriam o prazo máximo de dois anos, após a publicação do documento, para adequarem as suas matrizes às demandas apresentadas. Analisando em porcentagem, somente 9,12% das instituições oferecem conteúdos relacionados ao tema desta pesquisa, sendo 2,85% de forma direta e 6,27% de forma indireta.

Dos poucos cursos que oferecem, a discussão do tema não é feita de forma específica sendo, em muitos casos, um subitem ligado a conteúdos sobre cultura ou sustentabilidade. No geral, são ofertadas a partir do 6º período, quando o aluno já tem um conhecimento mais denso sobre a área e já está na fase final da graduação,

envolvidos em estágios e prestes a se formar. Além disso, nota-se uma distribuição concentrada na oferta da disciplina, estando em IES localizadas nas regiões Sul e Sudeste.

É possível inferir, a partir disso, que essas disciplinas, em geral, buscam direcionar a um único marcador social de diversidade, não ampliando as discussões acerca de outros marcadores e, possivelmente, do tema em si. Ainda sim, essas disciplinas enquadram-se no objetivo desta pesquisa uma vez que a apresentação de um marcador social já pode ser considerada objeto deste estudo.

Se entender o Brasil como um país múltiplo, pode-se concluir que a discussão sobre diversidade ainda é defasada e pode implicar em muitas dificuldades da atuação profissional do egresso de RP no mercado, uma vez que ele terá que lidar com essas questões, cada vez mais presentes nas realidades organizacionais.

### **3 UMA PROPOSTA DE DISCIPLINA PARA O CURSO DE RP DA UFAM**

#### **3.1 O curso de Relações Públicas da UFAM**

O curso de Relações Públicas da UFAM foi instituído por meio da Resolução nº 005/77, de 21 de janeiro de 1977, e foi reconhecido pelo Poder Executivo Federal por meio do Decreto nº 80.807, de 21 de dezembro do ano mesmo. Ao início de suas atividades, foi ofertado como uma habilitação do curso de Comunicação Social, que já formava profissionais na habilitação em Jornalismo. É oferecido, desde então, na modalidade presencial, com o grau de bacharelado, sendo o único curso ativo na Região Norte do país.

Atualmente, o curso é orientado para que o aluno tenha uma formação humanística, crítica e analítica do mercado. De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso de RP, atualizado no ano de 2012, o curso tem como objetivo

Propiciar a formação de gestores dos processos comunicacionais nas organizações mediante a compreensão do campo teórico e técnico-científico do ambiente comunicacional e das relações públicas, visando uma formação comprometida com a ética, crítica, reflexiva, humanista e que valorize o desenvolvimento regional sustentável (Universidade Federal do Amazonas, 2012, p.14)

Além disso, o curso preza por um perfil de egresso que se forma para ser um profissional ético, humanístico, crítico e reflexivo, em que, dentro das suas características, podem-se destacar a articulação no exercício de interlocução entre as áreas da comunicação e a gestão dos processos de comunicação nas organizações.

Assim como nas demais IES, as disciplinas do curso de RP da UFAM foram distribuídas em conteúdos teóricos, práticos e de pesquisa na área de ciências da comunicação. Todas as disciplinas têm linhas de formação que correspondem às demandas sociais e as inserções regionais e locais, levando em consideração que estamos na Região Amazônica.

O curso trabalha com uma matriz curricular estabelecida por meio do PPP, do ano de 2012, e que foi atualizada em 2015, para atender algumas demandas exigidas nas Diretrizes Nacionais Curriculares instituídas no ano de 2013.

### **3.2 A proposta da disciplina**

A disciplina Comunicação e Diversidade não é oferecida pela instituição em uma disciplina específica e/ou direta. Dentro da matriz do curso, existem duas disciplinas que abordam a temática como subitens, sendo elas: Comunicação e Sustentabilidade, ofertada como disciplina obrigatória, no 2º período, e Tópicos Especiais em Relações Públicas, ofertada como disciplina optativa.

Além disso, a temática também é discutida, de forma elementar, em disciplinas do Eixo de Formação Geral, como Sociologia, ofertada como disciplina obrigatória no 1º período, e Introdução à Antropologia Cultural, ofertada como disciplina obrigatória no 2º período, ambas advindas do curso de Ciências Sociais da universidade.

Embora a discussão sobre o tema comunicação e diversidade estejam presentes na matriz curricular da UFAM, inclusive com a possibilidade de ser trabalhada em uma disciplina de ementa aberta, como é o caso de Tópicos Especiais, a instituição não possui uma disciplina específica para o tema em questão, importante para a realidade que temos frente às demandas sociais. As disciplinas mencionadas são ofertadas ainda na

primeira metade de integralização do curso, nos períodos iniciais, que estão mais ligadas à formação básica do aluno.

Com a situação apresentada acima, viu-se a possibilidade de criar uma proposta de disciplina, por meio deste trabalho, que proporcione a discussão mais direta do tema, sendo trabalhada a partir da metade do curso, de caráter teórico-prático e que possibilite aos alunos melhor entendimento sobre a diversidade, bem como o papel da comunicação, das relações públicas e do profissional dentro das organizações e da sociedade.

O curso de RP discute, desde o ano de 2015, uma atualização da matriz curricular do curso, a fim de atender não somente às demandas que constam nas Diretrizes Nacionais Curriculares, mas também em atenção às situações sociais que já impactam diretamente a atuação do profissional de relações públicas no mercado de trabalho. Atualmente, uma comissão de docentes do curso está constituída para tratar sobre essa atualização.

A criação desta proposta tornou-se viável a partir da ciência do trabalho dessa comissão e da visualização dos resultados apresentados no TCC deste autor. Ao analisar os dados que se apresentaram com a coleta, junto com a orientadora, viu-se a possibilidade de estruturar essa proposta. A partir disso, este autor passou a olhar os dados resultantes e observou o que poderia ser viável ou não para a construção da disciplina, levando em consideração fatores como: conteúdo, semestre a ser lecionada, carga horária e caráter de ensino (teórico e/ou prático).

Ao estruturar o conteúdo, por exemplo, foi importante a leitura de todas as ementas dos cursos que abordam direta e indiretamente a temática e, assim, avaliar o que seria pertinente à nossa realidade enquanto curso, formação profissional e, até mesmo, a região em que estamos inseridos, uma vez que temos peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil.

As variantes de semestre a ser lecionada, carga horária e caráter de ensino foram solucionadas com base na discussão apresentada no TCC deste autor, que observou



essas estruturas nos resultados do trabalho. Avaliou-se, também, em diálogos com a orientação e coordenação, a capacitação de docentes para a ministração da disciplina e conclui-se que o curso se encontra, quanti e qualitativamente, apto para essa situação.

Tendo todas as condicionantes aptas, a proposta pode ser vista e analisada no quadro abaixo.

**Quadro 1:**

Proposta de disciplina Comunicação e Diversidade para o curso de Relações Públicas da UFAM

<b>PLANO DE ENSINO</b>		
<b>1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA</b>		
<b>CURSO:</b> Relações Públicas	<b>PERÍODO:</b> 5º	<b>TURMA:</b> 202X/X
<b>DISCIPLINA:</b> Comunicação e Diversidade		<b>SIGLA:</b> a definir
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL:</b> 60h		<b>CRÉDITOS:</b> 3
<b>TEÓRICA:</b> 45h	<b>PRÁTICA:</b> 15h	<b>PRÉ-REQUISITO:</b> não há
<b>2. EMENTA</b>		
Diversidade: conceitos e características. Diversidade e sua intersecção com a comunicação. Os marcadores sociais da diversidade. Raça, sexualidade, cultura e diversidades étnicos-sociais na comunicação midiática. Responsabilidades das organizações nas questões de diversidade e inclusão. Campanha de comunicação e diversidade.		
<b>3. OBJETIVOS</b>		
<b>3.1 GERAL</b>		

- Compreender a função do profissional de relações públicas na promoção da diversidade nas organizações por meio da comunicação e suas interfaces a partir da análise crítica dos conceitos e práticas de diversidade sob uma perspectiva social, cultural e política.

### 3.2 ESPECÍFICOS

- Discutir sobre diversidade para entendimento de seus conceitos e características;
- Reconhecer aspectos relevantes da comunicação e das relações públicas na promoção da diversidade;
- Criar campanhas de comunicação e diversidade para organizações como forma de promoção de equidade social, político e cultural, considerando os marcadores sociais da diversidade.

### 4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I - Diversidade: conceitos, características e seu papel na comunicação

- Conceitos e características de diversidade;
- Diversidade e sua intersecção com a comunicação;
- Responsabilidades das organizações nas questões de diversidade e inclusão;
- Comunicação, cultura organizacional e diversidade.

Unidade II – Os marcadores sociais da diversidade e as organizações

- Os marcadores sociais da diversidade;
- Raça, sexualidade, cultura e diversidades étnico-sociais na comunicação midiática;
- Responsabilidades das organizações nas questões de diversidade e inclusão.

Unidade III – Comunicação e Diversidade

- Construção de campanha de comunicação e diversidade para organizações.

## 5. REFERÊNCIAS

AMATO, Luciano. **Diversidade e inclusão: e suas dimensões**. 1 ed. São Paulo: Literare Books International, 2022.

FLEURY, M. T. L. **Gerenciando a diversidade cultural: experiência de empresas brasileiras**. Revista administração de empresas, São Paulo, n. 3, p. 18-25, jul./set. 2000.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

JHONSON, S.K. **Inclusifique: Como a inclusão e a diversidade podem trazer mais inovação à sua empresa**. Tradução de Ada Felix. São Paulo: Benvirá, 2020.

KERR, Cris. **Viés inconsciente: como identificar nossos vieses inconscientes e abrir caminho para a diversidade e a inclusão nas empresas**. São Paulo: Literare Books International, 2021.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Zahar, 1986.

LEMOS, Else; SALVATORI, Patrícia (org.). **Comunicação, diversidades e organizações: pensamento e ação [recurso eletrônico]**, 1. ed. – São Paulo: Abrapcorp, 2019.

LIRA, Aline Ferreira. **Diversidade nas organizações: das lutas sociais às políticas públicas**. In: Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas, XIV. Anais [...]. São Paulo: Abrapcorp, 2020. Disponível em [https://www.academia.edu/44949504/O\\_discurso\\_sobre\\_diversidade\\_em\\_rel%C3%B3rios\\_de\\_sustentabilidade\\_de\\_empresas\\_do\\_Polo\\_Industrial\\_de\\_Manus\\_1](https://www.academia.edu/44949504/O_discurso_sobre_diversidade_em_rel%C3%B3rios_de_sustentabilidade_de_empresas_do_Polo_Industrial_de_Manus_1).

Acesso em 10 fev 2023

\_\_\_\_\_. **O discurso sobre diversidade em relatórios de sustentabilidade de empresas do Polo Industrial de Manaus**. In: Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas, XIII. Anais [...] São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2019.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1998

ROCHI, Carlos Cesar. **Cultura e as Organizações - Antropologia e Cultura Brasileira**. São Paulo: Juruá Editoras, 2012.

SAJI, Genilda Sandra Madeira. **Gestão da diversidade no Brasil**: apresentação de um modelo brasileiro. 2005. 62 f. Dissertação [Mestrado Profissional em Administração] – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2005.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura?**. São Paulo: Brasiliense, 2006. - (Coleção primeiros passos. 12ª reimpr. da 16ª. ed. de 1996.

Fonte: elaborado pelo autor (2023)

A inserção da disciplina Comunicação e Diversidade, dentro da matriz curricular do curso de RP da UFAM, se apresenta como uma opção exequível e pertinente. Como dito anteriormente, esta proposta é pensada com base nos dados coletados na pesquisa que deu origem a este trabalho, que se encontram disponíveis na versão final do TCC, hospedado no Repositório Institucional da UFAM<sup>9</sup>, levando em consideração os temas gerais e específicos apresentados em ementas de disciplinas de outras IES, que abordam direta ou indiretamente, os temas de cultura, diversidade e comunicação.

A ideia principal é que a disciplina seja executada nos campos teórico e prático, a partir do 5º período, momento este em que o aluno já tem um conhecimento mais firme sobre as relações públicas, agregando aos conhecimentos básicos adquiridos das disciplinas de formação geral, como Filosofia, Sociologia e Antropologia, sem desconsiderar os conhecimentos advindos das disciplinas que já abordam o tema de alguma forma, como as disciplinas de Comunicação e Sustentabilidade e Tópicos Especiais.

É importante que no decorrer da disciplina o aluno perceba a importância da discussão do tema e consiga se inserir não somente como aluno, mas como indivíduo, ao trazer suas vivências e experiências e, assim, enriquecer o processo. A partir disso, os alunos podem gerar produtos comunicacionais que norteiem ações de promoção da diversidade em organizações, sempre alinhado às percepções e análises críticas já

---

<sup>9</sup> Disponível em [https://rii.ufam.edu.br/bitstream/prefix/6848/5/TCC\\_MateusPacheco.pdf](https://rii.ufam.edu.br/bitstream/prefix/6848/5/TCC_MateusPacheco.pdf). Acesso em 13 mar 2024.

debatidas nas discussões teóricas. Ainda se propõe que esta disciplina seja trabalhada numa carga de 60h, divididas em 2/3 (45h) para teoria e 1/3 (15h) para prática.

### **Considerações finais**

A universidade é uma instituição que necessita acompanhar as mudanças sociais para que as discussões e formações feitas, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão estejam atualizadas às demandas que a sociedade apresenta. Por tal fato, os cursos de graduação precisam passar por reformulações em seus projetos político-pedagógicos e currículos a fim de atender as necessidades ali expressadas.

Ao longo do dia a dia, entram em choque de debates, conflitos e diálogos, as pautas de gênero, sexualidade, etarismo, etnias, crenças, vivências e afins. É importante que essas discussões entrem nas salas de aulas e virem objetos de discussão e estudo por parte de professores e estudantes. Na comunicação, especificamente nas relações públicas, isso toma mais força, uma vez que o trabalho envolve a construção e manutenção de relacionamentos entre públicos.

No mesmo contexto, é necessário atentar se as diretrizes curriculares já estão abertas a trazer essa discussão para as formações dos discentes. Os resultados do TCC do autor deste artigo mostram que mesmo que timidamente, observa-se que esses parâmetros já indicam a discussão da temática, com a criação de disciplinas que explicitem e incitem o debate e a formação acerca do tema.

Coloca-se em questão a construção dos currículos dos cursos de graduação em Relações Públicas e as habilidades e conhecimentos que o aluno necessita adquirir antes de entrar na prática de sua profissão.

A necessidade de disciplinas que abordam a comunicação e diversidade nos cursos de RP têm se tornado mais evidentes, frente ao crescimento e reconhecimento das ações mais presentes dentro das organizações.

Não há dúvidas que o caminho para atender essas demandas é a atualização das matrizes curriculares nas universidades. Por meio delas, a construção profissional é mais

completa, já que apresentará soluções às demandas sociais, bem como as necessidades dos estudantes, que entrarão no mercado cada vez mais qualificados em termos de conhecimentos, criticidades e aperfeiçoamento técnico.

Com uma década da publicação das diretrizes curriculares, é importante deixar o alerta para os cursos de Relações Públicas de todo o país quanto a necessidade de se discutir e debater sobre as questões de diversidade, considerando não somente o contexto geral e comum do tema, mas também as particularidades da região geográfica a qual a instituição está inserida.

Na realidade da UFAM, instituição originária deste trabalho, o colegiado do curso de Relações Públicas debate, desde o ano de 2015, sobre atualizações em seu PPP, para atender às novas demandas sociais, a qual inclui questões de diversidade e seus marcadores. Com os resultados desse trabalho, foi possível construir uma proposta de disciplina que contemple essa necessidade e assim o curso poderá avançar, qualitativamente, na formação de futuros profissionais.

A proposta foi apresentada ao então coordenador do curso, no dia da defesa do trabalho de conclusão, que esteve presente como membro da banca avaliadora, bem como para membros da comissão que são responsáveis pela atualização da matriz curricular, que apresentaram votos favoráveis à estruturação da disciplina, com ajustes a serem feitos posteriormente, pelos próprios, dentro da realidade a qual os trabalhos de atualização se encontram.

Como apontado ao longo deste trabalho, os debates sobre diversidade tornam-se mais presentes na sociedade. Mesmo com muitas dificuldades para se dialogar sobre o tema, é necessário expandir os ensinamentos e entendimentos para que a todos alcancem níveis de pluralidade e respeito mútuo. Todo esse debate deve se iniciar ainda na formação, dentro da academia, sendo um ambiente próprio para essas discussões, por meio de leituras bibliográficas, literaturas e vivências. Isso pode garantir que todo esse processo se amplifique e possa reverberar em outras ações e atividades que possam ir para além do ambiente da sala de aula.

As expectativas são de contribuir com pesquisas futuras acerca do tema, bem como com o próprio desenvolvimento do curso de Relações Públicas da UFAM, na futura atualização do PPP, com a disciplina Comunicação e Diversidade dentro da sua matriz curricular.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.377, de 11 de dezembro de 1967. **Disciplina a Profissão de Relações Públicas e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L5377.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5377.htm). Acesso em 25 jul 2022.

\_\_\_\_\_. Resolução Nº 2, de 27 de setembro de 2013. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Relações Públicas. Publicada no DOU nº190 quarta-feira, 1º de outubro de 2013, Seção 1, páginas 28/29. [recurso eletrônico]. Acesso em 25 jul 2022.

CABASTRÉ, Sonia Aparecida. Contextualizando as relações públicas como atividade do campo profissional. In: MOURA, Cláudia Peixoto de. (org.) **A história das relações públicas: fragmentos da memória de uma área**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. [recurso eletrônico].

EVANGELISTA, Mateus Pacheco Braga. **A disciplina 'Comunicação e diversidade' nos cursos de relações públicas das universidades brasileiras**. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Bacharelado em Relações Públicas, Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2023.

FLEURY, Maria Tereza Leme. **Gerenciando a diversidade cultural: experiências de empresas brasileiras**. RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 40, n. 3, p. 18-25, 2000 Acesso em 14 ago 2023.

GOMES, Marion Litaiff Azize. **Relações públicas internacionais: inserção da disciplina nas universidades brasileiras**. Trabalho de Conclusão de Curso]. Manaus: Bacharelado em Comunicação Social – habilitação em Relações Públicas. Instituto de Ciências Humanas e Letras. Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2014.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org.). **Comunicação e educação – caminhos cruzados**. São Paulo, Loyola, 1986.

LIRA, Aline Ferreira. **Diversidade nas organizações: das lutas sociais às políticas públicas**. In: Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas, XIV. Anais [...]. São Paulo: Abrapcorp, 2020. Disponível em [https://www.academia.edu/44949504/O\\_discurso\\_sobre\\_diversidade\\_em\\_rel%C3%B3rios\\_de\\_sustentabilidade\\_de\\_empresas\\_do\\_Polo\\_Industrial\\_de\\_Manus\\_1](https://www.academia.edu/44949504/O_discurso_sobre_diversidade_em_rel%C3%B3rios_de_sustentabilidade_de_empresas_do_Polo_Industrial_de_Manus_1). Acesso em 10 fev 2023



MOURA, Cláudia Peixoto de. **O Curso de comunicação social no Brasil: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

MUNDY, Dean. ***Diversity 2.0: how the public relations function can take the lead in a new generation of diversity and inclusion (D & I) initiatives.*** *Research Journal of the Institute for Public Relations*, Gainesville, Flórida, vol. 2, n. 2, p. 1-35, Outubro de 2015.

PÉRSIGO, Patrícia Milano; ATHAYDES, Andreia Silveira. **Diversidade nas organizações: o que pensam e fazem os profissionais de comunicação?** In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - PENSACOM BRASIL, São Paulo, 2019.

PERUZZO, Cícilia Krohling. **Igualdade e direitos humanos nas organizações empresariais e cidadania.** In: LEMOS, Else; SALVATORE, Patrícia. *Comunicação, diversidades e organizações: pensamento e ação* [recurso eletrônico]. São Paulo: Abrapcorp, 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** [recurso eletrônico]. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SAJI, Genilda Sandra Madeira. **Gestão da diversidade no Brasil: apresentação de um modelo brasileiro.** 2005. 62 f. Dissertação [Mestrado Profissional em Administração] – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2005.

SALES, Ricardo Gonçalves de. **Políticas de diversidade nas organizações: breve histórico, modelos e reflexões.** In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Relações Públicas.** Manaus, 2012.